UNIÃO EUROPEIA, SEUS IMIGRANTES E DIREITOS HUMANOS

Resumo

Quando a União Europeia se formou, o bloco tinha como pretensão não só ser uma união aduaneira, mas também garantir a paz duradoura na Europa, bem como ser um bastião na defesa dos direitos humanos, vistos como a sua mais importante contribuição para a paz e a história mundial. Isso parecia estar se cumprindo até recentemente, quando explode a catástrofe humanitária dos refugiados do Oriente Médio e da África. Para os que estudavam de perto a política migratória europeia, contudo, já era perceptível o desrespeito aos direitos humanos de imigrantes, solicitantes de refúgio e cidadãos do Leste europeus. A bandeira do combate à imigração ilegal foi assumida por partidos de todos os matizes ideológicos, unidos em torno à causa populista e xenófoba e isto pavimentou o caminho pelo qual a atual política de

violação ao direito de refúgio dos escapados do Oriente Médio e da África do Norte passa a ser aceita.

Palavras-chave: Migração. Refugiados. União Europeia. Direitos humanos.

Dulce Maria Tourinho Baptista

Socióloga, docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutora em Ciências Sociais. Telefone (11) 99261-7851. E-mail: dmbaptista@pucsp.br

Marijane Vieira Lisboa

Socióloga, docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutora em Ciências Sociais. Telefone (11) 98111-8416. E-mail: mlisboa@pucsp.br

[...] As guerras civis que sobrevieram e se alastraram não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam mais ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar: quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos; eram o refúgio da terra. (ARENDETT, 1997, p. 300).

Não, não estamos falando dos atuais tsunamis de refugiados que tentam escapar da guerra civil da Síria ou do Estado falido da Líbia e que chegam à Europa por travessias marítimas arriscadas, até Lampedusa ou Lesbos, ou a pé desde a Turquia, em pleno inverno europeu, tentando ultrapassar as cercas erguidas apressadamente pela Macedônia, a Croácia, a Eslovênia, a Hungria e até a Áustria.

Não é esse o contexto da epígrafe desse texto, mas o de um passado recente.

Essa é a maneira como Hannah Arendt (1997) descreve o caos que se sucedeu ao fim da I Guerra Mundial, quando a inflação, o desemprego de proporções fabulosas e as guerras civis que se seguiram, provocaram o deslocamento de espantosas massas de indivíduos.

Importantes acontecimentos históricos provocaram grandes deslocamentos populacionais como os originados da Revolução Soviética em 1917 e da seguida Guerra Civil que expulsaram 100 mil russos para a Alemanha, 650 mil ucranianos da Rússia para a Romênia, Iugoslávia, França, enquanto as recém-criadas Letônia, Lituânia e Estônia receberam mais 200 mil pessoas vindas da Rússia. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1993, p. 261). A dissolução do Império ustro-húngaro também provocou outros enormes remanejamentos humanos, pois para a Hungria recém-constituída foram 200 mil húngaros que viviam até então na Romênia, outros 80 mil húngaros que viviam na Iugoslávia e mais 120 mil, que se encontravam na recém-formada Tchecoslováquia. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1993, p.261).

Ao fim da I Guerra Mundial, reforçou-se outro fluxo espacial que já acontecia entre a Turquia e a Grécia desde a independência desta última, deslocando-se em ambas direções populações turcas e gregas que haviam vivido por tantos séculos misturadas sob a égide do Império Otomano. Com o fim desse império e a constituição de uma Turquia amputada de seu imenso território, esse fluxo se agrava. Foram 350 mil turcos que abandonaram a Grécia em direção à Turquia enquanto um milhão de gregos que viviam na Turquia partiram para a Grécia. E ainda 350 mil armênios sobreviventes do genocídio armênio fogem para a Europa. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1993, p.261).

Uma década mais tarde, o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e a Guerra Civil Espanhola foram responsáveis por levar à França, antiga terra de asilo, 40 mil italianos, 220 mil alemães e 160 mil espanhóis.

Assim, das ruínas dos impérios multinacionais que desabaram ao fim da I Guerra Mundial surgiram dois tipos de vítimas, cujo sofrimento foi muito distinto das demais populações europeias atingidas pela I Guerra Mundial: os apátridas e as minorias.

Para lidar com as minorias que permaneceram em territórios dos novos Estado-Nação criados pelos Tratados de Paz ao fim da I Guerra Mundial, foi necessário

elaborar um Tratado de Minorias que pusesse sob a proteção da Liga das Nações esses povos que agora viviam entre Estados-Nação nacionalmente puros. Os Estados, portanto, deixaram de ser instrumento da lei, para ser instrumento da nação, diz Arendt (1997), o que significa que todos os direitos humanos de pessoas que não pertenciam a nação de um Estado-Nação tinham apenas como garantia a Liga das Nações e o seu Tratados de Minorias.

Mais grave e singular do que a situação das minorias era o caso dos apátridas, pois esses poderiam constituir-se de pessoas que perdiam sua nacionalidade por motivos políticos como os fugitivos da Revolução Russa ou os judeus de países sob o jugo nazista ou, ainda, dos indivíduos cujos países simplesmente deixaram de existir, como os países bálticos.

Submersa na ruína do após-guerra, as democracias ocidentais foram incapazes de garantir os direitos humanos dessa população de refugiados e apátridas, que acabaram por ser enxotados de fronteira em fronteira, ou amontados em campos de internamento, ou ainda “vivendo fora da jurisdição das leis”, sujeitos ao arbítrio policial. O fortalecimento do poder policial no interior dos Estados de Direito ocidentais e a colaboração das polícias europeias entre si na tarefa de perseguir os refugiados, segundo Arendt (1997), irá facilitar mais tarde a rápida integração dessas polícias com as autoridades nazistas invasoras.

As semelhanças entre essa situação do após I Guerra Mundial e a atual são evidentes e apontadas nos atuais estudos migratórios. Com efeito, milhares de pessoas em “temor de perseguição” tentam fugir desesperadamente e não encontram refúgio e apoio seguro.

Mas apesar das semelhanças, as diferenças também são grandes e espantosas. Hoje a Europa Ocidental agregada na União Europeia (UE) não está saindo de uma guerra, destruída e arrasada. Suas economias podem estar enfrentando um longo período de estagnação econômica ou mesmo de crises, mas nada que se assemelhe àquilo que foi experimentado no após I Guerra Mundial.

Além disso, em vez de uma frágil Liga das Nações e um Tratado de Minorias, tem-se hoje uma ONU robusta e todo um arsenal de legislação internacional sobre Direitos Humanos expressos na Declaração dos Direitos Humanos, no Tratado sobre Proteção dos Refugiados, no Tratado sobre Prevenção e Punição de Genocídios entre

outros, negociados e assinados pela maioria dos países pertencentes à ONU após a II Guerra Mundial.

A própria União Europeia, destino de boa parte dos refugiados, constituiu-se a partir de princípios básicos de respeito aos Direitos Humanos, entre esses, claramente reconhecido o Direito de Refúgio. Dessa perspectiva, o que se assiste hoje, portanto, é muito mais sério do que houve no passado. Considerando os compromissos assumidos atualmente em termos de respeito aos direitos humanos, o mundo de hoje fracassa muito mais completamente do que as potências europeias saídas de uma guerra mundial na qual elas guerrearam umas com as outras e se arruinaram mutuamente.

Impõe-se, portanto, explicar como foi possível que a UE, esse conjunto de países mais identificados com os princípios dos Direitos Humanos nos dias de hoje, sucumba de tal forma no momento em que é chamada a atuar de acordo com os princípios por ela adotados livremente.

MIGRAÇÕES: UMA LONGA HISTÓRIA

A história das migrações acompanha os primórdios da história humana. Por motivações econômicas e ambientais, religiosas e políticas, pessoas abandonam seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida.

Países se constroem com a participação dos imigrantes, como é o caso dos EUA, país que mais recebeu imigrantes entre ingleses, irlandeses, poloneses, africanos, latinos e indianos na história moderna. Também o povoamento de boa parte do imenso território canadense foi feito graças a agressivas políticas de favorecimento à imigração, da mesma maneira que o australiano.

Na América do Sul, a migração europeia do fim do século XIX mudou decisivamente as feições social, econômica e política de países como a Argentina, Uruguai e o sudeste e sul do Brasil e mesmo migrações de povos asiáticos, chineses e japoneses desempenharam importante papel no Brasil e Peru (FAUSTO, 1999).

O imperialismo inglês, o holandês e o francês foram responsáveis, por sua vez, por deslocamentos de populações entre seus países coloniais, como a migração de indianos para a África do Sul e para as ilhas caribenhas, de africanos para colônias holandesas e de vietnamitas para o resto da antiga Cochinchina.

Finalmente, uma imensa onda migratória chinesa acompanhou a decadência

do Império Chinês na segunda parte do século XIX, fazendo com que populações chinesas se espalhassem pelo sul da Ásia, Indonésia e EUA. Difícil, portanto, localizar país no século XX que possa reclamar-se detentor de pureza étnica ou cultural. A maioria esmagadora é o que é, graças a esses grandes movimentos migratórios do século XIX.

A QUESTÃO MIGRATÓRIA EUROPEIA

A Europa, por sua vez, tem uma história complexa de fluxos migratórios. O século XIX foi uma era de emigração para uma boa parte da população europeia. Enormes contingentes de russos, alemães, italianos, poloneses, ucranianos, espanhóis e, em menor medida, outros povos europeus emigraram para os EUA, Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Canadá e Austrália. Eram predominantemente populações camponesas, cujas economias se viam atingidas pela penetração de relações capitalistas no meio rural, por guerras ou por perseguições religiosas como foi o caso do povo judeu na Europa Central. Essas grandes levas de imigrantes fornecerão a mão de obra necessária ao desenvolvimento industrial do norte dos EUA e também do notável crescimento da economia rural e industrial da Argentina ainda no fim do século XIX.

É evidente que, sem essa válvula de escape da emigração, a população tornada supérflua pelo desenvolvimento capitalista europeu teria constituído um enorme aglomerado de miseráveis, muito superior àquele passível de ser considerado como Exército Industrial de Reserva, apto a ser absorvido nas fases de expansão econômica do capital.

Outra foi a situação, contudo, ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando a Europa enfrentou grande escassez de mão de obra em decorrência não só dos trinta milhões de mortos e mais outros milhões de inválidos, como também pela necessidade de muitos braços para a reconstrução dos países destruídos pela guerra.

Muitos países adotaram, portanto, agressivos programas de mobilização de trabalhadores imigrantes trazidos principalmente do sul da Europa e da Europa do Leste, por supor que esses emigrantes se adaptariam melhor. Não sendo suficientes esses trabalhadores, contudo, vieram imigrantes da Turquia e norte da África. Os países colonizadores como Reino Unido e França receberam emigrantes da Índia, Paquistão, Argélia, Marrocos e Tunísia, cujos povos foram incentivados a imigrar devido ao processo de descolonização.

Na França, os emigrantes das suas ex-colônias poderiam ser considerados franceses e, no Reino Unido, ingleses, com os direitos sociais, políticos e econômicos assegurados, com entrada fácil e legal. No entanto, a população nativa não aceitava de bom grado a chegada em massa de população não branca, admitindo-a somente enquanto situação temporária, esperando que ela devesse retornar a seus países de origem logo que cessasse a demanda econômica por trabalho. Enquanto isso, os imigrantes reivindicam e obtinham autorização para trazer suas esposas, filhos e pais, e sua população em idade reprodutiva apresentava uma taxa de fecundidade bem mais elevada que a europeia, chegando a representar cerca de 10% da população de não brancos em relação à população total. Intensificam-se os fluxos de imigrantes de fora da Europa e até os países mais pobres da Europa, como Portugal, Espanha, Itália, Irlanda e Grécia – que antes eram fornecedores de mão de obra - passaram a ser receptores de imigrantes. (HANSEN, 2003 apud VALENTE, 2012).

A crise do petróleo, em 1973, é um marco na mudança das políticas europeias de imigração e, a partir daí, praticamente todos os países europeus iniciaram políticas restritivas à imigração (CASTELS, 1983). Coincidindo a crise com uma reestruturação da economia mundial na qual ramos de produção de trabalho intensivo eram transferidos para países de salários mais baixos, a Europa Ocidental, daí em diante, não mais necessitará de mão de obra estrangeira.

Mas, do lado dos imigrantes, a situação também havia mudado. Após décadas de trabalho no país estrangeiro, apercebiam-se do quanto haviam se equivocado em acreditar que poderiam retornar a seus países de origem depois de haverem poupado parte dos seus ganhos. Se os salários eram muito mais altos, o custo de vida também o era, enquanto a situação econômica de seus países de origem apenas se deteriorava.

Além disso, filhos crescem em um país que consideram seu, mesmo que não tenham sua cidadania reconhecida e não têm disposição para “voltar” a um país de onde nunca vieram. Casamentos mistos também reforçam os laços de famílias imigrantes com o país de destino. Enfim, a situação transitória esperada tanto pelos povos que recebiam imigrantes, quanto pelos próprios imigrantes, não se confirma. Eles haviam-se tornado imigrantes permanentes (CASTLES, 1983; SAYAD, 1998). No entanto, no momento em que deixou de ser uma solução para o problema da escassez de mão de obra, embora tenha vivido por décadas naquele país, o imigrante torna-se uma pessoa supérflua para os Estados e as sociedades que o acolheram. A relação

“*custo*” x “*benefício*” não interessa mais à economia, conforme constata Sayad (1998, p 53): “um imigrante é feito para trabalhar, você tem que provar que está trabalhando; se você não trabalha, então para que você serve?”

A partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, a derrocada da União Soviética e o fim dos regimes socialistas na Europa do Leste, a imigração muda o seu fluxo, com um grande número de pessoas dos ex-estados socialistas fugindo às crises econômicas e eventuais crises políticas que se sucederam. Recém-formados em 1992, alguns países da União Europeia verão com preocupação esses novos deslocamentos que atingem não só países fronteiriços como a Alemanha, a Áustria e a Itália, mas até a França, Bélgica e Holanda.

As economias da UE, naquele momento, em virtude de várias crises financeiras mundiais e da Alemanha em particular enfrentar pesados custos com a anexação de seus ex-estados socialistas, não foram capazes de absorver plenamente a massa dessa população imigrante, passando a concentrar uma força de trabalho estrangeira excedente, ou empregada no mercado de trabalho negro, em condições de grande precariedade. A crise econômica e o desemprego crescente das populações europeias permitem o crescimento de uma pobreza e da criminalidade associada ao tráfico de mulheres e drogas desde o Leste, há muito desaparecidos na UE. Com isso cresce o sentimento xenófobo nas populações europeias nativas, especialmente naquelas camadas da população trabalhadora precarizada pelas novas relações de trabalho.

Assim, o migrante revela ser hoje, no âmbito das relações sociais, o que o operário foi no século XIX, conforme diz Wallerstein na sua análise do sistema mundo capitalista:

[...] Se ao mesmo tempo o papel dos Estados diminuir - isto servirá também para permitir o aumento do número de migrantes – a integração econômica desses imigrantes será limitada. Se a oposição política não conseguir refrear a entrada, provavelmente conseguirá limitar os direitos políticos e sociais dos imigrantes [...] Voltaremos a situação da Grã Bretanha e da França na primeira metade do século XIX, aquela de proletários que são classes perigosas. (WALLERSTEIN, 2000, p. 248).

No passado, enquanto interessou, os países europeus haviam ancorado o recrutamento laboral temporário em acordos bilaterais baseados na Recomendação 86 da Organização Internacional do Trabalho e na Convenção 97, revista em 1949. A

Alemanha, a França e a Suíça foram os países que mais importaram mão de obra, os chamados trabalhadores visitantes. Essas ações do Programa de Recrutamento do Trabalhador Imigrante estenderam-se de 1955 até 1974, sendo interrompidas devido às exigências Carta Social Europeia de 1974, (art.19.6), à medida que esta, ao garantir o direito de reunificação familiar aos trabalhadores temporários, acabava por facilitar a sua permanência.

Ainda antes da formação da União Europeia, os acordos de Schengen (1985) e a Convenção de Schengen (1990) vão estabelecer uma política diretiva comum de imigração que permitiu a livre circulação dos cidadãos dos países signatários, reunindo 26 países, com adoção de diversas medidas harmonizando padrões de fornecimento de asilo e imigração.

Aos poucos, um conjunto de políticas referentes à imigração foi sendo (re) constituído pela União Europeia, que sustenta o Programa Geral de “Solidariedade e Gerenciamento de Fluxos Migratórios”, que dispõe dos “Fundo de Fronteiras Externas”, o “Fundo Europeu de Retorno” (RF), o “Fundo Europeu de Refugiado” (ERF) e o “Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Terceiros Países” (EIF). Existe também a “Agencia Europeia para o Gerenciamento de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia” a FRONTEX, que controla as entradas nos aeroportos internacionais, vistos, imigrantes em situação irregular, fronteiras terrestres e marítimas com arquivos digitais e equipamentos - helicópteros, drones, navios militares, óculos de visão noturna e detectores de batimentos cardíacos.

Nas últimas décadas, a emigração africana para a Europa assumiu proporções até então desconhecidas. Os dados recentes do Centro de Estudos Europa x África (2016) nos permitem ter uma visão abrangente da história dos fluxos migratórios entre esses dois continentes. Nos tempos coloniais, foram primeiramente escravos e estudantes que vinham das colônias. A partir dos anos de 1960, a maioria de migrantes africanos com destino a Europa procediam não só da região de Magreb (Marrocos, Argélia e Tunísia), mas também de países subsaarianos e dos colonizados. As restrições migratórias com a crise do petróleo, a partir de 1973, aumentaram a permanência de migrantes na França, Holanda, Bélgica e Alemanha. Em 1980, magrebinos (africanos do norte) migram também para Espanha e Itália respondendo à demanda da mão de obra qualificada. (BAGGIO, 2016).

Mas é a partir de 1990 que começa o fenômeno massivo de entradas irregulares. No ano 2000, ou seja, no começo do século XXI, a Europa é vista como o paraíso que daria resposta aos sonhos dos migrantes. Estima-se que aí estejam 2.6 milhões de marroquinos, 1.2 milhões de argelinos e 700.000 tunisianos – incluindo os de 2ª geração que aí já viviam. Cresce o fluxo de refugiados entre 2000 e 2010, e os africanos preenchem 23% do total de solicitações de asilo recebidas, sendo 91% delas de pessoas da África Subsaariana. (BAGGIO, 2016).

Nos últimos dez anos, agrava-se a situação das entradas irregulares oriundas principalmente de Ceuta, Malta e Ilhas Canárias e é nesse momento que países europeus celebram acordos com países africanos para a retenção de migração.

Com a crise econômica de 2008, adotam-se novas restrições migratórias. De 2008 a 2010, negou-se a entrada de 1.2 milhões de africanos na UE, ou seja, 97% das solicitações. A situação se agravou a partir de dezembro de 2010, com a intensificação das revoluções e conflitos da Primavera Árabe na África do Norte, que provocou uma imigração massiva para a Europa pelas rotas mediterrâneas da Espanha e Itália.

O mapa atual das migrações para a UE revela que, em 2013, a diáspora Africana era de 30.6 milhões de pessoas, sendo que destes, 8.2 milhões já residiam na Europa (França, Itália, Portugal e Espanha).

Nessas últimas duas décadas, à medida que crescia a imigração, não só os partidos e governos conservadores europeus adotaram políticas restritivas. Até mesmo partidos social-democratas e de esquerda como o Partido Socialista francês trataram de expulsar imigrantes africanos e ciganos da própria União Europeia. O mais escandaloso dos casos foi o acordo entre alguns desses países e o antigo ditador da Líbia, Kadafi, para patrulhar o Mediterrâneo, detendo e prendendo os imigrantes que tratavam de ingressar na Europa por meio de transportes clandestinos. Os acordos apenas foram cancelados durante a Primavera Árabe, quando a guerra civil na Líbia já atingia grandes proporções.

Finalmente, em 2014, a UE adotou a Diretiva de Retorno para regular a permanência e impedir a inserção de imigrantes no sistema de benefícios sociais dos países receptores, atendendo aos temores de que suas populações locais fossem submetidas à grande alteração étnica e também às dificuldades encontradas para expulsar imigrantes residentes legais em democracias nas quais houvesse resistência de

organizações pró-imigração a essas políticas (BATTISTELLA, 2015).

Nesse sentido Kofi Annan disse:

Um dos maiores testes a uma União Europeia alargada, nos próximos anos e décadas, será a maneira como gere o desafio da imigração. Se as sociedades europeias estiverem à altura do desafio, a imigração será um fator de enriquecimento e irá fortalecê-las. Se o não conseguirem, isso pode ter como consequência uma descida do nível de vida e a divisão social. (ANNAN, 2004, p.3)

Percebe-se, a partir do novo milênio, no entanto, que crescem na União Europeia em estridência e apoio político os discursos nacionalistas e xenófobos vocalizados por partidos de extrema direita e conservadores, atacando-se as políticas multiculturalistas e responsabilizando os imigrantes e refugiados pelos problemas sociais e econômicos de seus países. Há restrições até mesmo para a migração de cidadãos de países da União Europeia, em particular aqueles do Leste Europeu, como ficou evidente no caso do recente plebiscito da Grã Bretanha no qual a maioria dos consultados decidiu pela saída da União Europeia.

A EUROPA E OS REFUGIADOS

Retomando o já contextualizado nessa reflexão, a História da Europa Ocidental registra o drama dos judeus expulsos da Inglaterra, da França e da Alemanha durante a Idade Média, sua perseguição e, finalmente, expulsão da Espanha após a chamada Reconquista, abrigo e, logo em seguida, nova expulsão, desta vez de Portugal (MANRIQUE, 1993), buscando novos destinos no Magreb, no Sul da França, na Holanda e nas colônias ibéricas.

As guerras religiosas na Europa moderna parecem ter sido as responsáveis pelo surgimento do termo e do estatuto do *refugiado*. Reinos católicos e protestantes ofereciam proteção aos seguidores da sua Igreja: huguenotes, os calvinistas franceses, obtiveram asilo na Prússia, em Berlim especialmente, na Inglaterra, na Dinamarca, na Suíça, na Suécia e nas colônias inglesas da América, depois que o Édito de Nantes, que concedia liberdade religiosa, foi revogado por Luís XIV, em 1685. Teria sido nesta ocasião, que o termo “refugiado” foi empregado pela primeira vez (MARCOLINI, 2003). Outros consideram que o emprego do termo é anterior, datando precisamente do refúgio concedido pelo rei da França aos protestantes holandeses que fugiam da

perseguição espanhola, em 1573 (JEAN, 1997).

Sabemos, no entanto, que o drama dos refugiados no mundo experimentou um salto qualitativo na medida em que os modernos Estados-Nação se estruturaram. Se o banimento entre as tribos germânicas e a condenação ao ostracismo das Cidades Estado gregas e do Império Romano eram as formas de exílio político, a criação de Estados com território delimitado, crescente monopólio do uso da força e aparato burocrático permitirá a essas entidades um controle muito mais efetivo das populações sob seu domínio. De fato, nunca na história passada da humanidade, fora comum que súditos de um Estado estivessem tão estreitamente ligados a ele e este os pudesse controlar de forma tão eficaz por meio de seus agentes como o policial, o carteiro ou o professor primário. Censos organizados periodicamente, as listas eleitorais, o ensino público e serviço militar obrigatório foram instrumentos poderosos para esse controle governamental (HOBSBAWM, 1995). Aos poucos, vão-se sofisticando os processos de identificação e controle social, primeiro dos grupos mais perigosos como operários, militares, empregados domésticos, prostitutas e crianças abandonadas. Para viajantes e indivíduos itinerantes e nômades, providenciam-se passaportes (CORBIN, 1995). Os progressos técnicos com a fotografia e a datiloscopia vão fornecer os meios para um sistema de identificação e documentação individual de alta confiabilidade. O mundo já não era mais aquele em que pessoas viajavam com salvo-condutos oferecidos por autoridades locais, religiosas ou policiais e em que era possível forjar identidades e histórias pessoais falsas e esperar envelhecer tranquilamente protegido de perseguições passadas.

É no fim da I Guerra Mundial, quando enormes massas de imigrantes percorrem a Europa em todas as direções, no entanto, que se torna clara a nova dimensão da problemática dos refugiados. Como refugiada e apátrida, Hannah Arendt sabia bastante do que falava ao dizer que

[...] o que era sem precedentes não era a perda do lar, mas a impossibilidade de encontrar um novo lar [...] isso não tinha a ver com um problema material de superpopulação [...] era um problema da organização política. (ARENDR, 1997, p. 319).

Ao fim da II Guerra Mundial, novamente enormes massas de refugiados se aglomeraram nos campos organizados apressadamente pelos potências vencedoras. Além dos prisioneiros libertados dos campos de concentração, dos prisioneiros

militares e tropas repatriadas, havia milhares de pessoas que não queriam retornar aos seus países de origem em virtude de suas novas configurações políticas. Nos países da Europa Central que passaram à órbita de influência da URSS, muitos foram os seus habitantes que preferiram pedir refúgio entre os países vitoriosos, principalmente nos EUA: enormes campos de deslocados ucranianos, poloneses, letões, lituanos e estonianos foram administrados pela Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas, ANUAR, formada em 1943, com a ajuda da Cruz Vermelha e dos serviços das forças armadas aliadas (SHEPARD, 2010). Em 1948, no mesmo ano em que a ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, funda-se o ACNUR, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, com a missão de prestar auxílio a pessoas que por motivo de guerra precisassem se deslocar: são os novos refugiados e apátridas. A dificuldade em solucionar o problema dos refugiados europeus no pós guerra motivou a assinatura da *Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados*, encarregada de resolver tais problemas até 1951. Deviam receber refúgio as pessoas que se sentissem perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

Embora a Convenção se pretendesse universal, seu âmbito de aplicação se restringia efetivamente à Europa, tendo que lidar não só com os deslocados da II Guerra Mundial, mas também já com os refugiados dos países socialistas, à medida que a Guerra Fria progredia. Por isso, a política de asilo europeia era à época bastante liberal, recebendo-se os refugiados do Leste em geral de braços abertos (JEAN, 1997). A contínua chegada de refugiados do Leste comunista foi uma das razões porque teria sido preciso assinar o *Protocolo de 1967*, que estende o limite temporal da *Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados* para além de 1951, garantindo também a outras nacionalidades não europeias a mesma proteção. Como esse Protocolo é um documento independente da Convenção, ele permitiu que países que não fossem signatários daquela pudessem assiná-lo, como foi o caso dos EUA.

Mas foram as guerras de libertação na África que obrigaram o ACNUR a expandir a sua esfera de atuação para o Sul. A Guerra da Argélia levou à constituição de enormes campos de deslocados na Tunísia e no Marrocos e, mais tarde, os conflitos que se sucedem em Ruanda, após a sua independência, também provocaram o deslocamento de milhares de tutsis para os países fronteiriços. Nesses casos, o ACNUR estava lidando não mais com indivíduos dissidentes que fugiam do mundo socialista,

mas com massas de pessoas que buscavam refúgio em países fronteiriços de situações de guerra e isso levou a uma ampliação efetiva, ainda que não legal, da noção de refugiado. Agora se tratava de recolher não somente pessoas perseguidas, mas pessoas que eram vítimas da violência (JEAN, 1997). Essa concepção ampliada do que seja o refugiado estará presente mais tarde na *Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA)*, aprovada em 1969 e entrando em vigor em 1974, pois ela reconhece como tendo direito ao refúgio todos aqueles que se sentem obrigados a fugir devido à agressão externa, ocupação ou dominação estrangeira ou acontecimentos que perturbem a ordem pública no país de origem.

Também a *Declaração de Cartagena* de 1984, assinada por países latino-americanos reconhecerá essa nova situação dos modernos refugiados, ao considerar como tal todo aquele que é vítima de violência, catástrofes naturais e enfrenta situações de emergência. A *Declaração de Cartagena* foi motivada fundamentalmente pela situação catastrófica dos deslocados da Colômbia e da América Central em função da expansão de guerrilhas e do narcotráfico.

Assim, tanto na Convenção da OUA quanto na *Declaração de Cartagena*, o critério para definir o que seja um refugiado deixou de ser subjetivo, ou seja, dependente de uma avaliação quanto à real existência de perigo alegado pelo pleiteante de refúgio, para se tornar um critério objetivo de “temor de perseguição”, analisando-se as condições vigentes nos países de origem dos solicitantes de asilo. Essas medidas serviriam para agilizar os processos de refúgio e assentamento.

Durante a Guerra Fria, portanto, as ondas massivas de refugiados abatem-se principalmente sobre os países vizinhos àqueles países do Terceiro Mundo, conflagrados por guerras civis, guerrilhas e guerras de libertação. O número muito reduzido de refugiados das ditaduras latino-americanas que, nos anos 1970, buscou abrigo na Europa Ocidental, enfrentou, contudo, grandes dificuldades em muitos países europeus. Foram poucos aqueles como a Suécia, a Dinamarca ou a França, que não trataram de dificultar-lhes a concessão de refúgio como a Convenção e as leis nacionais o garantiam.

Com o fim da Guerra Fria, no entanto, o drama dos refugiados retorna à Europa e desta vez em dimensões bem maiores. A guerra civil da Bósnia fez com que croatas, bósnios e sérvios buscassem refúgio na Áustria, Alemanha, Itália e demais

países europeus. Recém-formada, a União Europeia não foi capaz de atuar de maneira coordenada diante desse desafio. Houve até países que ensaiaram políticas anti-imigratórias como fechar fronteiras ou submeter os solicitantes de refúgio a condições bastante precárias de modo a desestimular a chegada de futuros refugiados. Juntando-se à massa de imigrantes econômicos de europeus do Leste que procuram melhores oportunidades na Europa Ocidental diante das crises econômicas que sacudiram seus países após o fim dos regimes comunistas, esses refugiados da Guerra Civil da Bósnia começarão a ser vistos como imigrantes incômodos, que vinham roubar empregos e trazer custos adicionais aos eficientes serviços sociais dos países europeus. Quando da aprovação da Carta da União Europeia na França, tornou-se famosa a propaganda eleitoral pelo NÃO, que ameaçava os encanadores franceses com a concorrência desleal dos encanadores poloneses, pois esses eram acusados de aceitar qualquer serviço por qualquer preço.

Mas o exercício do direito de refúgio na Europa vai ter a sua prova de fogo com a Primavera Árabe e o início da Guerra na Síria. A rebelião derrubou o governo de Muamar Kadafi e transformou a Líbia em um país falido, arruinado pela luta contínua entre milícias rivais. Em seguida, a guerra civil na Síria e a expansão do Estado Islâmico levam centenas de milhares de pessoas à fuga desesperada e muitas vezes fatal para tentar escapar da morte e destruição, buscando atingir o único refúgio que lhes parece seguro: a Europa.

As estatísticas de massas em fuga tornaram-se alarmantes e tendem a crescer desde 2011, quando se iniciou a guerra na Síria – que se transformou na maior causadora de deslocamento de pessoas no mundo. Mas a migração de origem africana não diminuiu com o fim da Primavera Árabe, mas avolumou-se. Em 2014, os 220.000 migrantes solicitantes de asilo pelas rotas mediterrâneas eram majoritariamente africanos.

Em 2015, 153.000 deles são da Eritreia, país que vive há 40 anos sob uma terrível ditadura, enquanto outros milhares vêm da Nigéria, da Somália e do Sudão, fugindo de guerrilhas islâmicas e guerras civis. (BAGGIO, 2016).

As projeções do Instituto per lo Studio dela Multietnicità (ISMU), para os próximos 10 anos, indicam que os fluxos migratórios da África para a UE deverão ser em volta de 350.000 pessoas por ano. (BAGGIO, 2016).

Refugiados tentam chegar à Europa por mar, em perigosas travessias pelo Mediterrâneo desde a Líbia, onde um lucrativo transporte clandestino de pessoas se desenvolve, ou da Turquia para as ilhas gregas. Há também várias rotas terrestres passando pela Turquia e atravessando os países da Europa Central em direção à Alemanha, seguido de longe pela Suécia, que se mostrou como o único país disposto a receber refugiados.

Essa onda migratória que atingiu fortemente a União Europeia em 2015, foi rechaçada com vigor. A Alemanha, a Áustria, a Hungria, a República Tcheca e a Eslováquia restabeleceram controles em suas fronteiras para triar e mesmo bloquear a chegada de refugiados. Recorreu-se à construção de muros e cercas e recentemente assinou-se um novo tratado entre a União Europeia e a Turquia em que esta última recebe de volta os imigrantes que chegarem à Grécia ilegalmente, enquanto a União Europeia se dispõe a receber refugiados sírios que estejam em acampamentos turcos, além de transferir 6,8 bilhões de euros ao governo de Ancara para melhorar as condições dos migrantes que vivem no país, bem como retomar as negociações para a entrada da Turquia na União. Registra-se, ainda, a remoção dos imigrantes de Calais na França (2016), que aí se fixaram na busca de arriscarem a travessia ilegal da França ao Reino Unido.

A violenta reação da União Europeia à chegada dessa onda de refugiados encobre a percepção, contudo, de que esta não é a região do mundo mais afetada por massas que procuram refúgio. O Irã e o Paquistão albergam enormes massas de refugiados fugidos da intervenção norte-americana no Afeganistão e das duas Guerras do Iraque, enquanto o Líbano, a Turquia e a Jordânia receberam a maior parte dos refugiados da Síria. Um contingente respeitável de refugiados da África Oriental buscou refúgio na África do Sul e em outros países africanos menos acometidos por crises econômicas e guerras civis. No Sudeste asiático, Tailândia, Malásia, Indonésia e Austrália recebem massas de refugiados perseguidos em Myanmar, em perigosos transportes clandestinos.

O relatório do ACNUR (2016) mostra que as população de refugiados e deslocados internos cresceu em todas as regiões do mundo. Nos últimos cinco anos, pelo menos 15 conflitos se iniciaram ou foram retomados: oito na África (Costa do Marfim, República Centro Africana, Líbia, Mali, nordeste da Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e Burundi); três no Oriente Médio (Síria, Iraque

e Iêmen); um na Europa (Ucrânia); e três na Ásia (Quirguistão e em diferentes áreas de Myanmar e Paquistão).

Poucas dessas crises foram solucionadas e muitas ainda geram novos deslocamentos. Em 2014, apenas 126,8 mil refugiados conseguiram retornar para seus países de origem – o menor número em 31 anos.

O relatório do ACNUR, (06/2015) indica que 13,9 milhões de pessoas se somaram ao contingente de novos deslocados, apenas em 2014 – quatro vezes mais que em 2010. Em todo o mundo, foram contabilizados 19,5 milhões de refugiados (acima dos 16,7 milhões de 2013), 38,2 milhões de deslocados dentro de seus próprios países (contra 33,3 milhões em 2013) e 1,8 milhão de solicitantes de refúgio (em comparação com 1,2 milhão em 2013).

Conforme o mesmo relatório, são quase 60 milhões de pessoas que se deslocam e o processo continua acelerando-se. Só na Europa, o crescimento é de 51%. São originários da guerra civil na Ucrânia, das travessias no Mediterrâneo (219 mil pessoas) e do grande número de refugiados sírios na Turquia, que, em 2014, se tornou o país que acolhe a maior população de refugiados no mundo, com 1,59 milhão de sírios. Já na União Europeia, a maioria das solicitações de refúgio foi feita para a Alemanha e Suécia. Em geral, o deslocamento forçado na Europa totalizou 6,7 milhões de pessoas no final do ano de 2014, comparado com os 4,4 milhões registrados ao final de 2013. Quase 25% desta população são de refugiados sírios na Turquia.

Assim, em 2014, uma média de 42,5 mil pessoas por dia se tornou refugiada, solicitantes de refúgio ou deslocados internos. Em todo o mundo, um (01) em cada 122 indivíduos é atualmente um refugiado, deslocado interno ou solicitante de refúgio. Se fosse a população de um país, representariam a 24ª nação mais populosa do planeta (ACNUR, 2015).

Um dado particularmente alarmante entre tantos outros, é que metade dos refugiados no mundo é formada por jovens e crianças de até 18 anos o que representa a exacerbação da violação dos direitos humanos. Muitas famílias conseguem recursos para fazer só uma travessia e optam por enviar filhos menores em separações dramáticas que comovem o mundo. “... sem a mãe e com medo, a menina entra no bote. Uma tempestade joga os migrantes no mar e a menina amanhece desacordada na praia. A pequena refugiada acaba em um abrigo, desolada”. (FOLHA DE SÃO

PAULO, maio 2016, p.12).

Os menores refugiados desacompanhados já são 88.695 na Europa (Eurostat, 2016, In: Folha de São Paulo, maio 2016, p.12).

As crianças que conseguem sobreviver, ou perdem os pais na travessia são mantidas em abrigos, o que é preocupante segundo a UNICEF, pois correm riscos de serem vítimas de tráfico humano, abusos sexuais e exploração. A UNICEF lançou recentemente um alerta (05/2016) dizendo: “eles estão sumindo dos abrigos e do controle europeu” (...) Um em cada 9 é tido como desaparecido, que podem ter atravessado uma fronteira sem se identificar, fugido do abrigo ou ainda caído em alguma rede de tráfico (Sarah Crowe porta-voz do UNICEF para os refugiados, In Folha de São Paulo, mai 2016, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a União Europeia se formou, o bloco tinha como pretensão não só ser uma união aduaneira e com isso contrapor-se ao poderio econômico norte-americano e a área de influência japonesa, mas também garantir uma paz duradoura na Europa entre países que, no passado, haviam mergulhado o mundo nas duas grandes guerras mundiais. Uma outra grande pretensão esteve presente na fundação da União Europeia: ser um bastião na defesa dos direitos humanos, vistos como a sua mais importante contribuição para a paz e a história mundial. E isso parecia estar se cumprindo até recentemente, quando explode a catástrofe humanitária dos refugiados do Oriente Médio e da África.

É verdade que, para aqueles que estudavam de perto a política imigratória europeia, já havia muito tempo que se percebia que os países europeus não respeitavam os direitos humanos de estrangeiros da mesma forma que o faziam em relação aos seus cidadãos.

Mesmo que residentes há muitas décadas, os imigrantes eram tratados como cidadãos de segunda categoria, sem quaisquer direitos políticos e passíveis de serem deportados a qualquer momento, desde que tornados supérfluos. Nem cabe mencionar as dificuldades quase intransponíveis que também se colocavam para a concessão de refúgio àqueles que conseguiam escapar de ditaduras sanguinárias do Terceiro Mundo. Com a entrada dos países do Leste na União Europeia tornou-se evidente que mesmo os novos cidadãos europeus não seriam tratados de forma igualitária. Partidos

conservadores, nacionalistas e populistas abraçam a causa xenófoba e propõem a saída da União Europeia de modo a furtar-se ao dever de tolerar outros europeus em seu território. Aos poucos, fazem-se exceções às leis da União Europeia. A França expulsa ciganos romenos e também fecha a fronteira para refugiados tunisianos que ingressaram no espaço europeu pela Itália. Solicitantes de refúgio aguardam anos em campos de concentração na Alemanha, na França e em outros países europeus. Enquanto isso, vegetam, sem direito a trabalhar, estudar ou ir de um canto a outro.

A bandeira do combate à imigração ilegal – e como poderia ser de outro jeito se não há migração legal? - é assumida por partidos de todos os matizes ideológicos, unidos em torno a causa populista e xenófoba. As crescentes dificuldades colocadas pela União Europeia à migração favorecem a expansão do transporte clandestino de pessoas, sujeitas a riscos cada vez maiores durante os seus trajetos por mar ou por terra. A isso reage a União Europeia buscando reprimir o que chama inadequadamente de tráfico humano por meio de policiamento mais intensivo, o que, por sua vez, faz apenas subir os preços e os riscos desses transportes.

Única e surpreendente exceção nesse cenário de rejeição aos refugiados, destacou-se a Primeira Ministra da Alemanha, Angela Merkel, que, embora enfrentando a oposição de setores significativos do seu próprio Partido e do partido irmão, a CSU, bem como de partidos antirrefugiados como o AFD e o movimento Pegida, insistiu na obrigação de acolher refugiados. Comentou-se que a Alemanha poderia se dar ao luxo de o fazer, porque sua economia se encontra em fase próspera.

A verdade é que demógrafos mostram que todas as populações europeias estão envelhecendo e a todas seria bem vinda a imigração de jovens em idade produtiva. Também é fato que dificilmente imigrantes roubaram lugares de trabalho às populações nativas, pois costumam assumir os trabalhos menos qualificados e pior remunerados. Talvez ajude a entender melhor a maneira como Merkel e boa parte da sociedade alemã foi capaz de receber os refugiados o fato de que a Alemanha, em especial a sua parte ocidental, ter sido capaz de reconhecer e assumir sua responsabilidade enquanto país e povo pelos crimes cometidos durante o nazismo. Quem assume tamanha herança, talvez não queira aumentá-la.

A política alemã nas últimas décadas, qualquer que tenha sido a sua orientação, social-democrata ou democrata-cristã tem combatido energicamente os movimentos xenófobos bastante fortes em certos setores da população, buscando

garantir os plenos direitos dos cidadãos de origem turca e imigrantes de diversas procedências. A assinatura do tratado com a Turquia para devolução de imigrantes, contudo, parece indicar o esgotamento da margem de manobra política de Merkel.

Assim, visto em perspectiva histórica, foi longo o caminho pelo qual a Europa Ocidental foi aprendendo a ignorar alguns direitos humanos de alguns humanos até que pode chegar ao ponto de devolver ao destino incerto de um campo de concentração turco mulheres, crianças e idosos que chegaram às suas terras depois de escapar das mais terríveis provações, bombardeios e perdas humanas. O que se vê, portanto, é a violação diária e massiva dos Direitos Humanos de milhares de pessoas com o envolvimento e o endosso de países onde esses mesmos direitos nasceram e foram instituídos. Os Direitos Humanos voltados aos refugiados, constantes dos compromissos assumidos pela ONU, pela União Europeia e pelo ACNUR existem, pelo visto somente no âmbito do Direito, não de fato.

No recente plebiscito convocado no Reino Unido para aferir se sua população desejava permanecer ou sair da União Europeia, ficou evidente a função de bode expiatório desempenhada pelos imigrantes. Atribui-se a eles todos os males que estes não provocaram, como o desemprego, redução salarial e sucateamento dos serviços sociais, e que são decorrência de uma economia globalizada que exclui sempre, e cada vez mais, os setores menos capazes de competir no mercado de trabalho que encolhe, mesmo nas sociedades mais afluentes. As agremiações políticas, populistas e conservadoras que cultivam a "força das tradições" trataram de manipular o orgulho nacional inglês, nostálgico das grandezas do Império Britânico, pois afinal é mais fácil praticar esse tipo de "política" do que encontrar alternativas para o desemprego, a devastação ambiental, o sucateamento da educação e da saúde. A Inglaterra sonha com *um retorno ao passado glorioso, alimentada por um nacionalismo deslocado e anacrônico* que busca recuperar um passado que já passou.

Dos sete bilhões de pessoas no mundo, um bilhão está-se locomovendo de forma desesperadora, enquanto politicamente, os países que foram a parte do mundo mais avançada em termos de direitos humanos retornam sobre os seus próprios passos: em vez de construir pontes, hoje optam por construir muros!

EUROPEAN UNION: ITS IMMIGRANTS AND HUMAN RIGHTS

Abstract

When the European Union was formed, the block had the intention not only to be a customs union, but also to ensure lasting peace in Europe as well as being a bastion in the defense of human rights, seen as the most important contribution to peace and world history. This seemed to be happening until recently, when the humanitarian disaster of the Middle East refugees and Africa exploded. For those who closely studied the European immigration policy, however, it was already noticeable the human rights disrespect to migrants, asylum seekers and citizens of Eastern Europe. The flag of the fight against illegal immigration has been assumed by parties of all ideological hues, united around the cause populist and xenophobic and this paved the way by which the current policy of violation of the right of refuge from the Middle East escaped and Africa North may be accepted.

Keywords: Migration. Displaced person. European Union. Human rights.

REFERÊNCIAS

ACORDOS DE SCHENGEN (1985) - Disponível em

http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen_agreement.html?locale=pt .

Acesso em: 15 dez. 2016.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANNAN, K. Tendências e debates. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2004. Tendências e Debates p. 3

BRÉVILLE, B. Refugiados na Europa: um grito sobre Schengen. **Le monde diplomatique Brasil**, São Paulo, 04 jan. 2016. Disponível em: <

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2023>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BAGGIO, F. **Europa e migrações africanas**. Roma: Scalabrini International Migration Institute, 2016.

BATTISTELLA, G. Falhas e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 76, p.6-28, jan./jun. 2015.

CASTLES, S. La era inmigratoria. Cultura, incertidumbre y racismo. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 127, p. 48-59, sept./oct. 1993. Disponível em: <

<http://nuso.org/autor/stephen-castles/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS – Disponível em

http://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf. Acesso em: 15 dez. 2016.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (OUA) – Disponível em <http://www.adus.org.br/convencao-da-organizacao-de-unidade-africana/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CONVENÇÃO DE SCHENGEN (1990) - Disponível em

http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen_agreement.html?locale=pt .

Acesso em: 15 dez. 2016.

- CORBIN, A. Bastidores. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 429.
- DECLARAÇÃO DE CARTAGENA (1984) – Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/asilos-refugiados-e-apatridas/declaracao-de-cartagena-1984> . Acesso em: 15 dez. 2016.
- FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha da Manhã, 1993.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, maio, 2016. A12 Mundo
- HOBSBAWM, E. **Nations and nationalism Since 1780**: programme, myth, reality. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- JEAN, F. The plight of the world's refugees: at the crossroads of protection. In: MÉDECINS SANS FRONTIÈRES. **World in crisis**: the politics of survival at the end of the 20th century. Londres: Routledge, 1997, pags.42 a 57.
- MANRIQUE, Nelson. **El universo mental de la conquista de america**. Lima: Desco, 1993.
- MARCOLINI, A. As perspectivas para os refugiados no século XXI. In: MILESI, Rosita (Org.). **Refugiados**: realidade e perspectivas. Brasília, DF: CSEM, IMDH; Loyola, 2003.
- MONZINE, V.; BOGUS, L. In: BAPTISTA, D.; BOGUS, L. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo: EDUC, 2015.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - **Recomendação sobre trabalhadores migrantes**, nº 86. Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rec_86.pdf . Acesso em: 15 dez. 2016.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - **Convenção nº 97 da OIT, Trabalhadores Migrantes** (Revista em 1949). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa> . Acesso em: 15 dez. 2016.
- RELATÓRIO DO ACNUR (2015) – Disponível em <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- RELATÓRIO DO ACNUR (2016) – Disponível em <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SHEPARD, Ben. **A longa estrada para casa**: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- COSTA, L. V. Ascensão da extrema direita na Europa e a questão migratória. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, n. 71, p.61-80, jul./dez. 2012.
- WALLERSTEIN, I. Restruturação capitalista e o sistema-mundo. In GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente** – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 223-251.